

Flash fiscal

Memorando de Entendimento Principais medidas fiscais

13 Maio de 2011

Foi divulgado o Memorando de Entendimento entre o Governo Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI. Este documento inclui as medidas acordadas e a implementar no âmbito da assistência financeira a conceder ao Estado Português pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, aguardando-se que as mesmas sejam detalhadas nos memorandos técnicos.

As medidas previstas no Memorando deverão ser implementadas entre 2011 e 2014 – novas medidas fiscais são aguardadas apenas em 2012. Em 2011 deverão ser observadas as medidas previstas no Orçamento do Estado e nos anteriores Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC).

IRS

- Aplicação de limites máximos de deduções, com tectos mais baixos para rendimentos mais altos e sem dedução para o escalão de IRS mais elevado (à semelhança das propostas dos PEC anteriores);
- Introdução de limite às despesas de saúde (actualmente, sem limite, no caso de despesas isentas de IVA ou sujeitas à taxa reduzida);
- Eliminação da dedução da amortização de capital de empréstimos à habitação;
- Eliminação da dedução dos juros relativos a empréstimos à habitação, para novos empréstimos e redução gradual para empréstimos em vigor;

IRS (cont.)

- Redução gradual da dedução de rendas de imóveis para habitação própria;
- Redução em geral das deduções à colecta (e.g., poderão ser eliminadas ou reduzidas as deduções de despesas de educação, lares ou prémios de seguros de vida);
- Revisão da tributação dos rendimentos em espécie (e.g. utilização pessoal de viatura atribuída pela entidade patronal);
- Limitação a 20% da redução das taxas de IRS aplicáveis nas Regiões Autónomas, face às taxas praticadas no Continente (actualmente, a redução pode ir até 30%);
- Tributação em IRS de todos os apoios sociais em dinheiro (e.g., poderá abranger subsídios de desemprego, de maternidade);
- Convergência das deduções de IRS aplicáveis a pensões e rendimentos do trabalho (na linha de medidas anteriores).

IRC

- Eliminação de todas as taxas reduzidas de IRC (deverá extinguir o regime da interioridade);
- Limitação da dedução dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores (com impacto nos prejuízos já existentes);
- Redução para 3 anos do período de reporte de prejuízos fiscais (com impacto a partir da alteração da norma, em princípio);
- Revogação de isenções fiscais subjectivas;
- Eliminação de benefícios fiscais, nomeadamente os sujeitos à cláusula de caducidade prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais (pode significar limitações ao regime da criação de emprego, regime das SGPS, etc.);

- Reforço das regras de tributação de viaturas das empresas (embora o documento não especifique, poderá implicar nova agravação da tributação autónoma incidente sobre as viaturas, quer via aumento de taxa, quer via diminuição do valor das viaturas);
- Limitação a 20% da redução das taxas de IRC aplicáveis nas Regiões Autónomas, face às taxas do Continente (implica que a taxa de IRC na Região Autónoma dos Açores passe de 17,5% para 20%).

IVA

- Diminuição das isenções de IVA, incluindo as actuais isenções nos serviços postais;
- Aumento da taxa de IVA na electricidade e gás, actualmente sujeitos à taxa reduzida;
- Sujeição à taxa de IVA mais elevadas de bens e serviços actualmente sujeitos às taxas reduzida e intermédia;
- Limitação a 20% da redução das taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas, face às taxas do Continente (implica que as taxas de IVA nas Regiões Autónomas subam para 5% (reduzida), 10% (intermédia) e 18% (normal)).

Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC)

- Aumento do Imposto Automóvel (IA);
- Eliminação de isenções de IA;
- Aumento do Imposto sobre o Tabaco;
- Indexação dos IEC à taxa da inflação;
- Introdução de um imposto sobre o consumo de electricidade.



Património

- Actualização do valor patrimonial dos imóveis e introdução de reavaliações regulares (anualmente, no caso de estabelecimentos comerciais; a cada três anos, para habitações);
- Redução das isenções temporárias de IMI aplicáveis aos imóveis para habitação própria.

Combate à fraude, evasão fiscal e economia informal

- Realocação de recursos da Administração Tributária visando o reforço do número de colaboradores na área das inspecções tributárias;
- Reforço dos poderes de inspecção da Administração Tributária Central, no sentido de exercer controlo sobre todo o território nacional, incluindo regimes de isenção (e.g., Centro Internacional de Negócios da Madeira);
- Concentração ao nível da Administração tributária Central dos poderes de emissão de informações vinculativas, de forma a garantir uma aplicação uniforme das leis fiscais.

Justiça e processo tributário

- Implementação da arbitragem tributária até ao terceiro trimestre de 2011;
- Constituição de uma *task force* de juizes para reduzir as pendências de casos acima de 1 milhão de Euros;
- Implementação de um sistema informático integrado entre a Administração Tributária e os tribunais tributários;
- Criação de áreas especiais nos tribunais tributários, para apreciação de processos com peso significativo, com apoio de técnicos especializados;
- Liquidação de juros de mora sobre a dívida tributária, a uma taxa de juro acima de mercado, por todo o período de recurso;
- Aplicação de um juro específico para situações de incumprimento de decisões judiciais em matéria tributária.

Para qualquer esclarecimento, contactar

PricewaterhouseCoopers
& Associados - SROC, Lda.
Rua Sousa Martins, 1 - 4º, 1069-316
Lisboa/Lisbon
- Portugal

Tel. +351 213 599 000
Fax +351 213 599 995
pwc.tax@pt.pwc.com

www.pwc.com/pt
www.pwcinfisco.pt

Calendário

Medidas previstas no Memorando
de Entendimento entre Portugal, Comissão
Europeia, FMI e BCE

2011

2011

2.º Trimestre - Abril, Maio e Junho

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Processo tributário	Constituição de uma <i>task force</i> temporária de juizes, para decisão de casos pendentes de valor superior a 1 milhão de Euros	Governo	Imediata
Parcerias Público-Privadas	Suspensão de novas PPP	Governo	Imediata
Telecomunicações	Implementação da nova Directiva da UE sobre comunicações electrónicas, permitindo um aumento da independência da Autoridade Reguladora	Governo	Durante o trimestre
Sector Financeiro	Concepção de planos específicos de financiamento a médio prazo	Instituições financeiras	Final de Junho
	Concepção de programa especial pelo Banco de Portugal (BdP), relativo à realização de inspecções para validação dos dados sobre os activos identificados pelos bancos para efeitos do rácio de solvabilidade	BdP Comissão Europeia FMI BCE Outras entidades	Final de Junho
	Apresentação dos planos para reforço dos capitais de instituições financeiras, por solicitação do BdP	BdP	Final de Junho
Finanças Públicas	Relação das obrigações em atraso, compromissos assumidos e passivos contingentes	Governo	Final de Junho

2011

3.º Trimestre - Julho, Agosto e Setembro

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Política fiscal	Implementação do OE2011	Governo OE2011	Durante o trimestre
	Implementação das medidas adicionais de consolidação orçamental introduzidas antes de Maio de 2011		Durante o trimestre
Energia	Avaliação inicial do plano para liberalização do sector do gás e electricidade, eliminação das tarifas reguladas e reporte regular das medidas adoptadas		Julho
	Aceleração dos procedimentos para funcionamento de um mercado ibérico de gás natural, com eliminação da duplicação de tarifas		Durante o trimestre
	Revisão de benefícios e incentivos fiscais em vigor		Durante o trimestre
Finanças Públicas	Levantamento e publicação de todas as obrigações em atraso, incluindo todas as entidades governamentais e Empresas Públicas, com referência a final de Março de 2011	Governo	Durante o trimestre
	Aperfeiçoamento dos relatórios mensais sobre execução orçamental, que passarão a incluir as Empresas Públicas e as PPP		Durante o trimestre
	Aperfeiçoamento do relatório anual sobre despesa fiscal, abrangendo Administração central, local e regional		Durante o trimestre
	Desenvolvimento de objectivos dentro de cada ano e de medidas correctivas em caso de desvio		Durante o trimestre
	Preparação de relatório mensal sobre obrigações em atraso no sector do Estado		Durante o trimestre
	Publicação de relatório anual que fará parte do OE, detalhando os riscos fiscais gerais e os passivos contingentes, incluindo entre outros os resultantes de PPP, Empresas Públicas (e suas responsabilidades) e garantias ao sector financeiro		Durante o trimestre

2011

3.º Trimestre - Julho, Agosto e Setembro (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Empresas Públicas	Preparação de estudo abrangente sobre o sistema de tarifas para redução do nível de subsídição e revisão do fornecimento de serviços a Empresa Públicas	Governo	Durante o trimestre
	Definição de limites mais restritos ao endividamento para aplicação a partir de 2012	Governo	Durante o trimestre
	Relatório anual com referência às responsabilidades assumidas	Ministério das Finanças	Julho
Administração da receita fiscal	Estudo dos custos e benefícios da fusão dos serviços de cobranças da Segurança Social na nova entidade resultante da fusão da DGCI, DGAIEC (Alfândegas) e DGITA (Informática)	Governo	Durante o trimestre
	Preparação de relatório sobre a situação dos sistemas de informação da Administração fiscal, incluindo propostas de reformas a efectuar	Governo	Durante o trimestre
	Revisão da avaliação da actuação dos serviços de inspecção, com base em indicadores qualitativos e quantitativos	Governo	Durante o trimestre
Processo tributário	Liquidação de juros de mora sobre a dívida tributária, a uma taxa de juro acima de mercado, por todo o período do recurso	Governo	Durante o trimestre
	Aplicação de um juro específico para situações de incumprimento de decisões judiciais em matéria tributária	Governo	Durante o trimestre
Saúde	Revisão das isenções e aumento das taxas moderadoras	Governo	Durante o trimestre
	Fixação do preço dos genéricos introduzidos pela primeira vez no mercado em 60% do preço do produto de marca com substância activa semelhante, e incentivo à prescrição e utilização de genéricos	Governo	Durante o trimestre
	Calendarização do pagamento das dívidas dos hospitais, com data de vencimento superior a 90 dias	Governo	Durante o trimestre
Mercado de trabalho	Apresentação de proposta para reforma das indemnizações por rescisão de contrato (aplicável a novas contratações)	Governo	Durante o trimestre
Sector postal	Liberalização dos serviços postais com transposição de Directiva da UE	Governo	Durante o trimestre
	Eliminação de isenções de IVA	Governo	Durante o trimestre

2011

3.º Trimestre - Julho, Agosto e Setembro (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação	
Telecomunicações	Facilitação da entrada de novas entidades no mercado, incluindo ao nível do acesso <i>wireless</i> de banda larga, renegociação do contrato de concessão em vigor e lançamento de novos concursos	Governo	Durante o trimestre	
Transportes	Apresentação de plano estratégico, incluindo facilitação do acesso de operadores de avião <i>low-cost</i> , transposição da Directiva da UE sobre transporte ferroviário (aumento do preço dos transportes e privatização de alguns troços suburbanos)	Governo		
Construção e imobiliário	Redução de restrições aplicáveis a prestadores não-residentes	Governo		
Actividades profissionais	Revogação da proibição de publicitar serviços, apresentação de legislação para eliminação da proibição de exercício de certos actos e actividades (contabilidade, advocacia, notariado) e eliminação de restrições dentro da UE	Governo Assembleia da República		
Arrendamento	Apresentação de medidas para alteração da Lei do Arrendamento Urbano, para um adequado balanceamento entre direitos e obrigações de senhorio e arrendatário	Governo		
IMI	Reavaliação do valor patrimonial dos imóveis para aproximação ao valor de mercado e reavaliações regulares (anuais, no caso de estabelecimentos comerciais; a cada 3 anos, no caso de habitação)	Governo		
Parcerias Público-Privadas	Avaliação de, pelo menos, 20 das maiores PPP existentes	Governo		
Contratação Pública	Eliminação de várias situações de ajuste directo e previsão da supervisão de concursos públicos pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	Governo		
Função pública	Limitações a admissões para cargos na Administração central, local e regional	Governo		
Arbitragem fiscal	Implementação da nova lei	Governo		
"Golden shares" do Estado	Eliminação	Governo		Julho
Orçamentação	Publicação de documento com a estratégia fiscal adoptada, incluindo previsões fiscais e económicas e custos a 4 anos	Governo		Durante o trimestre
	Publicação das previsões que servem de base ao OE2012			
Arbitragem fiscal	Implementação da nova lei	Governo	Durante o trimestre	

2011

4.º Trimestre - Outubro, Novembro e Dezembro

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Défice	Redução do défice para valores inferiores a 10.068 milhões de Euros	Governo	Final de 2011
Política fiscal	Implementação do OE2011	Governo OE2011	Durante o trimestre
	Medidas adicionais de consolidação orçamental introduzidas antes de Maio de 2011		Durante o trimestre
	Preparação do OE2012	Governo Proposta OE2012	1.º Trimestre de 2012
Insolvência	Alteração da legislação	Governo	Final de Novembro
Empresas Públicas	Revisão de planos para redução de custos operacionais, com proposta de cortes a vários níveis	Governo	Durante o trimestre
	Plano de melhoria da gestão, com revisão da estrutura accionista	Governo	Durante o trimestre
Parcerias Público-Privadas	Análise das PPP existentes	Firma internacional de contabilidade INE Ministério das Finanças	Durante o trimestre
Privatizações	Venda das acções do Estado na EDP, REN e TAP	Governo	Final de 2011
Administração da receita fiscal	Implementação de um sistema informático integrado entre a administração tributária e os Tribunais Tributários	Governo	Durante o trimestre
	Apresentação de proposta de legislação para reforço dos poderes dos serviços centrais da administração tributária em matéria de inspecções e de emissão de informações vinculativas sobre imposto de âmbito nacional, abrangendo todo o território português, incluindo regimes de isenção	Governo Assembleia da República	Durante o trimestre
	Redução do número de serviços de finanças em 20%	Governo	Durante o trimestre
	Aumento dos recursos afectos à inspecção tributária (meta de 30% do total dos recursos da Administração Tributária)	Governo	Durante o trimestre
	Preparação de plano estratégico para os anos 2012 a 2014 com vista ao combate à fraude e evasão fiscal, com reforço das inspecções tributárias e aumento da receita fiscal	Governo	Durante o trimestre

2011

4.º Trimestre - Outubro, Novembro e Dezembro (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Fundações e Institutos Públicos	Análise custo/benefício da manutenção de entidades públicas e semi-públicas, incluindo fundações, associações e outras entidades, para permitir às autoridades centrais, regionais ou locais decidir pelo encerramento ou manutenção das entidades públicas sob a sua tutela	Governo	Durante o trimestre
Saúde	Indexação das taxas moderadoras à inflação	Governo	Durante o trimestre
	Eliminação de barreiras administrativas e legais à entrada de medicamentos genéricos	Governo	Durante o trimestre
	<i>Mark-up</i> regressivo no cálculo da margem e <i>flat fee</i> de distribuidores de produtos farmacêuticos e farmácias; se o sistema não proporcionar a poupança esperada, introdução de uma contribuição na forma de desconto médio reembolsável	Governo	Durante o trimestre
Mercado de trabalho	Alterações ao subsídio de desemprego, com redução do prazo de duração e do montante a atribuir, e extensão a profissionais independentes (em certas condições)	Governo	Durante o trimestre
Energia	Emissão de relatório sobre os motivos da não entrada no mercado do gás	Governo	Durante o trimestre
	Revisão dos mecanismos de apoio às energias renováveis, redução de tarifas e redução de barreiras administrativas ao exercício da actividade	Governo OE2012	Durante o trimestre
	Introdução de um imposto especial sobre o consumo de electricidade	Governo OE2012	Durante o trimestre
	Aumento da taxa de IVA no gás e na electricidade (actualmente, 6%)	Governo OE2012	Durante o trimestre
Encargos habitação	Eliminação das deduções fiscais em IRS relativamente a custos incorridos com amortização de capital em empréstimos à habitação	Governo OE2012	1 de Janeiro de 2012
	Redução da dedução dos custos incorridos com rendas ou juros de empréstimo à habitação	Governo OE2012	1 de Janeiro de 2012

2011

4.º Trimestre - Outubro, Novembro e Dezembro (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
IMI	Eliminação de grande parte das isenções vigentes	Governo	Durante o trimestre
Arrendamento	Apresentação de proposta de legislação para alteração da Lei do Arrendamento Urbano, para um adequado balanceamento entre direitos e obrigações de senhorio e arrendatário	Governo Assembleia da República	
Processo tributário	Adopção de medidas específicas para criação de um processo especial para resolução de processos de elevado montante, estabelecimento de critérios para prioritização dos casos a decidir, aplicação de juros de mora durante todo o período de duração do processo e aplicação de um juro específico em caso de incumprimento ou cumprimento tardio de uma decisão de Tribunal Tributário	Governo	

Calendário

**Medidas previstas no Memorando
de Entendimento entre Portugal, Comissão
Europeia, FMI e BCE**

2012

2012

1.º Trimestre - Janeiro, Fevereiro e Março (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Pensões	Redução de pensões acima dos 1.500 Euros, a taxas progressivas	Governo OE2012	Durante o trimestre
	Congelamento de pensões (excepto pensões mais baixas)	Governo OE2012	
Educação	Racionalização da rede de escolas	Governo OE2012	
	Diminuição das necessidades de pessoal	Governo OE2012	
	Centralização de compras	Governo OE2012	
	Redução e racionalização dos apoios às escolas privadas	Governo OE2012	
Fraude Evasão Fiscal Economia Informal	Reforço dos meios para combate à fraude, evasão fiscal e economia informal	Governo OE2012	
Mercado de trabalho	Apresentação de proposta de alterações ao subsídio de desemprego	Governo Assembleia da República	
Actividades profissionais	Aprovação de legislação relativa à revogação da proibição de publicitar serviços, apresentação de legislação para eliminação da proibição de exercício de certos actos e actividades (contabilidade, advocacia, notariado) e eliminação de restrições dentro da UE	Governo Assembleia da República	

2012

1.º Trimestre - Janeiro, Fevereiro e Março (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
IRS	Limitação das deduções, com tectos mais baixos para rendimentos mais altos e dedução zero para o escalão de IRS mais elevado	Governo OE2012	Durante o trimestre
	Limites à dedução de despesas de saúde		
	Eliminação da dedução dos custos incorridos com amortização de capital em empréstimo à habitação		
	Redução (até à eliminação) de despesas com rendas e juros de empréstimo à habitação		
	Eliminação da dedução de juros em novos empréstimos à habitação		
	Redução das situações passíveis de deduções fiscais		
	Revisão da tributação dos rendimentos em espécie		
	Limitação a 20% da redução das taxas de IRS nas Regiões Autónomas		
	Tributação de apoios sociais		
	Convergências das deduções nas pensões com as deduções nos rendimentos do trabalho		
IVA	Redução de isenções	Governo OE2012	Durante o trimestre
	Alteração das listas anexas de bens e serviços sujeitos às taxas reduzida e intermédia, que passam a estar sujeitos a taxas mais elevadas		
	Limitação a 20% da redução das taxas de IVA nas Regiões Autónomas		
IMI	Redução de isenções no caso de habitação própria e permanente	Governo OE2012	Durante o trimestre
Imposto Automóvel	Aumento da taxa	Governo OE2012	Durante o trimestre
	Redução das isenções		
Tabaco	Aumento da taxa	Governo OE2012	Durante o trimestre
IEC	Indexação à taxa de inflação	Governo OE2012	Durante o trimestre

2012

1.º Trimestre - Janeiro, Fevereiro e Março (cont.)

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Limites à despesa fiscal	Introdução de cláusula de bloqueio à despesa fiscal	Governo OE2012	Durante o trimestre
Parcerias Público-Privadas	Avaliação prévia dos riscos fiscais de PPP, concessões e outros investimentos públicos, e monitorização da respectiva execução	Governo OE2012	
Processo tributário	Criação de departamentos especiais dentro dos Tribunais Tributários, para decisão de casos de elevada dimensão e complexidade, com apoio de técnicos especializados	Governo	

2012

2.º Trimestre - Abril, Maio e Junho

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Parcerias Público-Privadas	Análise dos riscos fiscais de PPP e concessões, com base nos relatórios preparados	Governo Banco de Portugal	Durante o trimestre
Privatizações	Preparação de plano actualizado de privatizações	Governo	Março
Património do Estado	Preparação de inventário (incluindo imóveis) dos municípios e Governos regionais	Governo	Durante o trimestre
Fundações e Institutos Públicos	Decisão das autoridades centrais, regionais ou locais relativas ao encerramento ou manutenção das entidades públicas sob a sua tutela, com base na análise preparada no 4.º Trimestre de 2011	Governo	Durante o trimestre

2012

4.º Trimestre - Outubro, Novembro e Dezembro

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Défice	Redução do défice para valores inferiores a 7.645 milhões de Euros	Governo	Final de 2012
Política fiscal	Preparação do OE2013	Governo Proposta OE2013	1.º Trimestre de 2013
Receita da Administração Fiscal	Cumprimento da meta do aumento dos recursos afectos à inspecção tributária (30% do total dos recursos da Administração Tributária)	Governo Proposta OE2013	Durante o trimestre
Processo tributário	Cumprimento da meta para resolução de casos pendentes de valor acima de 1 milhão de Euros, a cargo da <i>task force</i> temporária de juízes constituída no 2.º trimestre de 2011	Governo	Durante o trimestre
Privatizações	Identificação de duas empresas para privatização	Governo	Final de 2012

Calendário

**Medidas previstas no Memorando
de Entendimento entre Portugal, Comissão
Europeia, FMI e BCE**

2013

2013

1.º Trimestre - Janeiro, Fevereiro e Março

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Energia	Eliminação definitiva das tarifas reguladas nos sectores do gás e electricidade	Governo	1 de Janeiro de 2013
Política fiscal	Continuação da implementação e aprofundamento das medidas do OE2012	Governo OE2013	Até final de 2013
	Redução da despesa ao nível da Administração Central		
	Racionalização da rede de escolas e educação		
	Redução de custos com salários da função pública		
	Redução de custos com subsistemas de saúde		
	Redução de custos no sector da saúde		
	Redução das transferências para Administração Local e Regional		
	Redução de custos com entidades públicas e outras entidades, incluindo Empresas Públicas		
	Manutenção da suspensão da indexação do valor das pensões (excepto pensões mais baixas)		
	Redução de custos com apoios sociais		
	Redução de benefícios e incentivos fiscais em sede de IRC e IRS		
	Tributação de todo o tipo de apoios sociais		
	Convergência das deduções das pensões com o regime das deduções fiscais dos rendimentos do trabalho		
	Aumento dos IEC		
Actualização do valor patrimonial dos imóveis para efeitos de IMI			

2013

4.º Trimestre - Outubro, Novembro e Dezembro

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Déficé	Redução do déficé para valores inferiores a 5.224 milhões de Euros	Governo	Final de 2013
Política fiscal	Implementação e aprofundamento das medidas do OE2013	Governo	Até final de 2013
	Preparação do OE2014	Governo Proposta OE2014	1.º Trimestre de 2014

Calendário

**Medidas previstas no Memorando
de Entendimento entre Portugal, Comissão
Europeia, FMI e BCE**

2014

2014

Área / Sector	Medida	Meio / Entidade	Data de implementação
Défi ce	Redução do défi ce para valores inferiores a 4.521 milhões de Euros	Governo	Final de 2014
Política fiscal	Implementação medidas do OE2014	Governo	Durante o ano
	Aprofundamento das medidas introduzidas em 2012 e 2013	Governo	Durante o ano

www.pwc.com/pt



Esta comunicação é de natureza geral e meramente informativa, não se destinando a qualquer entidade ou situação particular, e não substitui aconselhamento profissional adequado ao caso concreto. A Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo emergente de decisão tomada com base na informação aqui descrita.

© Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda 2011. Todos os direitos reservados. Neste documento "PwC" refere-se a Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda que pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.